

# ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA



Outubro de 2025

# 1. Preâmbulo

A Educação para a Cidadania é parte essencial da formação e desenvolvimento das crianças e jovens, contribuindo para uma educação integral, preparando-as para uma participação cívica ativa e para enfrentar os desafios das sociedades atuais. Num mundo cada vez mais global e interdependente, educar para a cidadania é capacitar crianças e jovens com os instrumentos necessários para exercerem plenamente os seus direitos e deveres como cidadãos ativos em sociedades livres, democráticas e respeitadoras dos Direitos Humanos.

A escola, como espaço de desenvolvimento dos cidadãos, é essencial na promoção de uma cidadania ativa e democrática, formando crianças e jovens conscientes, críticos e comprometidos com os Direitos Humanos e o bem comum. Educar para a cidadania promove a coesão social, tendo por base o respeito pelos Direitos Humanos. Num mundo marcado por riscos de polarização e desinformação, o investimento na Educação para a Cidadania é essencial para sustentar o Estado de direito democrático.

Enquanto espaço de desenvolvimento individual e coletivo, a escola assume-se como local privilegiado para a construção de uma cultura de cidadania ativa, democrática e responsável, partilhada por todos, promovendo a coesão social.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) lançada em 2017 constituiu um instrumento orientador para a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, determinando os domínios temáticos da Educação para a Cidadania e, conseqüentemente, a sua estrutura organizativa. Apesar dessa função orientadora, não lhe foi atribuída forma de diploma legal.

A nova ENEC, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, publicada em *Diário da República* a 29 de agosto de 2025, revê a anterior e prevê a sua consagração legal, refletindo os princípios, finalidades e organização da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, enquadrando a elaboração de Aprendizagens Essenciais e a implementação nas escolas, assegurando coerência curricular e pedagógica.

A atual ENEC adota uma abordagem integrada e articulada, centrada na interdependência entre Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável e Literacia Financeira e Empreendedorismo, bem como em temáticas prioritárias, tais como a Saúde, o Risco e Segurança Rodoviária, os *Media* e o Pluralismo e Diversidade Cultural, de forma a adotar uma visão mais abrangente e completa do exercício pleno de cidadania.

No âmbito da Educação para a Cidadania, componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos, capacidades, atitudes e valores que os habilitem

para a participação cívica, contribuindo para sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, dos valores constitucionais e da defesa dos Direitos Humanos. Pretende-se, deste modo, que as Aprendizagens Essenciais promovam, por um lado, atitudes cívicas conscientes e, por outro lado, relacionamentos interpessoais e sociais responsáveis, que capacitem os alunos para a participação na vida escolar, social e comunitária e para a avaliação crítica das implicações individuais e coletivas das suas ações e escolhas.

A Educação para a Cidadania, componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, integra as matrizes curriculares-base de todos os níveis e ciclos da escolaridade obrigatória.

No 1.º ciclo do ensino básico, trata-se de uma componente de currículo integrada transversalmente, da responsabilidade do docente titular de turma. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, configura-se como disciplina autónoma sob a responsabilidade de um docente e trabalhada interdisciplinarmente, envolvendo o Conselho de Turma, ouvidos os representantes dos alunos e dos pais e encarregados de educação.

Nos cursos de educação e formação de jovens de nível básico e no ensino secundário, a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida com o contributo de todas as disciplinas constantes nas matrizes curriculares-base, nomeadamente através da mobilização dos contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento das aprendizagens das diferentes dimensões da componente de Cidadania e Desenvolvimento, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos.

## 2. QUADRO CONCEPTUAL E DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

### 2.1. DIMENSÕES

A Educação para a Cidadania, a operacionalizar através da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento e, de forma explícita, interdisciplinarmente nas várias disciplinas dos ensinos básico e secundário, congrega oito dimensões a implementar ao longo da escolaridade obrigatória, a saber: Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável, Literacia Financeira e Empreendedorismo, Saúde, Risco e Segurança Rodoviária, *Media* e Pluralismo e Diversidade Cultural.

Todas as dimensões são obrigatórias, organizando-se em dois grupos, com implicações diferenciadas, do seguinte modo:

Grupo	Obrigatoriedade	Dimensões
1.º	Obrigatórias em todos os anos de escolaridade	Direitos Humanos Democracia e Instituições Políticas Desenvolvimento Sustentável Literacia Financeira e Empreendedorismo
2.º	Obrigatórias em, pelo menos, um ano de escolaridade em cada período: ao longo do 1.º ciclo do ensino básico, ao longo do conjunto dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao longo do ensino secundário.	Saúde Risco e Segurança Rodoviária Pluralismo e Diversidade Cultural <i>Media</i>

As dimensões do 1.º grupo devem ser abordadas em cada ano de escolaridade de todos os níveis e ciclos de ensino. No 2.º grupo, para cada um dos três intervalos de anos de escolaridade definidos (1.º ciclo do ensino básico; 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; e ensino secundário), as diferentes dimensões devem ser distribuídas, pelo menos, por um ano de escolaridade.

Assim, em sede de reunião de estruturas de coordenação intermédia, realizada a 5 de setembro de 2025, foi feita a seguinte distribuição:

Dimensões		1.º ciclo				2.º e 3.º ciclos					Secundário		
		1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º
2.º Grupo Dimensões a desenvolver em cada ciclo	Pluralismo e Diversidade Cultural			x					x		x		
	<i>Media</i>				x		x				x		
	Saúde	x					x			x		x	
	Risco e Segurança Rodoviária		x			x							x

## 2.2. OPERACIONALIZAÇÃO

A operacionalização curricular da Educação para a Cidadania concretiza-se a dois níveis: ao nível do Agrupamento e ao nível de cada turma.

### 2.2.1. Ao nível do Agrupamento

Compete:

Ao **Conselho Geral**:

- a) A definição de orientações e critérios para a elaboração da Estratégia de Educação para a Cidadania do Agrupamento;
- b) A aprovação da Estratégia de Educação para a Cidadania do Agrupamento.

Ao **Conselho Pedagógico**:

- a) A aprovação dos critérios de avaliação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, os quais devem considerar o impacto da participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e na comunidade.

Às **Equipas Educativas**:

- a) A seleção das Aprendizagens Essenciais de Educação para a Cidadania a abordar, por dimensões, nos diferentes anos (ver anexo 1).
- b) A elaboração da planificação de Educação para a Cidadania para cada nível de ensino, contemplando os seguintes parâmetros: dimensões, aprendizagens essenciais, ações estratégicas de ensino, atividades a desenvolver, disciplinas envolvidas, calendarização e parcerias.

### 2.2.2. Ao nível dos Conselhos de Turma

O professor titular de turma/diretor de turma, bem como os demais professores do Conselho de Turma, envolvendo ativamente os alunos, os pais e os encarregados de educação, devem elaborar, no início do ano escolar, o plano de turma relativo à Educação para a Cidadania, tendo por base a planificação elaborada pela respetiva equipa educativa. Deste plano, no âmbito dos projetos a concretizar, devem constar as dimensões do 2.º grupo de Educação para a Cidadania a implementar, as iniciativas e as visitas a realizar, bem como as entidades externas a convidar.

O plano deverá ser aprovado em reunião de conselho de turma, no qual devem participar os representantes dos alunos e dos pais e encarregados de educação.

Após aprovação do plano, os pais e encarregados de educação deverão ser informados de todas as atividades a desenvolver no âmbito da concretização dos projetos que envolvam Educação para a Cidadania.

Com vista ao exercício da cidadania ativa e da participação social em contextos de partilha e de confronto de ideias sobre assuntos da atualidade, considera-se relevante valorizar o papel dos alunos enquanto autores, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas.

É de realçar que no Agrupamento a Educação para a Cidadania está presente desde o ensino pré-escolar, havendo também uma planificação anual para este nível de ensino.

### 2.3. AVALIAÇÃO

A avaliação interna das aprendizagens, no âmbito da componente de Cidadania e Desenvolvimento, à semelhança das restantes componentes curriculares/disciplinas/áreas disciplinares, é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de administração e gestão, de coordenação e supervisão pedagógica, a quem competirão os procedimentos adequados a cada um dos modos de organização e funcionamento da referida componente.

Tendo em conta as características desta componente, a avaliação deverá ter lugar de forma contínua e sistemática, adaptada aos avaliados, às atividades e aos contextos em que ocorre. Assim, as formas de recolha de informação deverão ser diversificadas e devem ser utilizadas diferentes técnicas e instrumentos de avaliação.

No 1.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, a avaliação das competências, aprendizagens e trabalho realizado pelos alunos é avaliado, de forma integrada, nas componentes do currículos e/ou disciplinas envolvidas na concretização dos projetos.

Nos 2.º e 3.º ciclos, a Educação para a Cidadania, componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, é avaliada pelos critérios específicos aprovados pelo Conselho Pedagógico, sem prejuízo de dever ser tido em conta, também, na avaliação das restantes disciplinas envolvidas interdisciplinarmente na concretização de projetos.

## 2.4. PARCERIAS

No âmbito do desenvolvimento da Estratégia de Educação para a Cidadania, o Agrupamento pode estabelecer parcerias com entidades externas, em estreita colaboração com as famílias (pais e encarregados de educação), através das suas estruturas de representação, nos termos da legislação em vigor.

Na continuidade de experiências anteriores, o Agrupamento seleciona como parceiros privilegiados da sua ação, no âmbito da Educação para a Cidadania, as seguintes entidades:

ABAAE	ESEC
ADIBER	EPAS
AJUDARIS	Evolução Vertical (empresa)
Alves Bandeira	Geoparque
Amnistia Internacional	GNR
Antigos alunos do AEA	Hospital Pediátrico de Coimbra
APPACDM	Instituto Nacional de Conservação das Florestas
Areal Editores	IPDJ
Associação de Estudantes	IPC
Associação de Pais/Encarregados de Educação	ISEC
Assembleia da República	Instrutora Madalena Salvado
Assistência Folquense	Intermarché
Associação Cojense	Junta de Freguesia de Arganil
Associação Movimento Bloom	Junta de Freguesia de Folques
Autoridade das Condições de Trabalho (ACT)	Junta de Freguesia de Malhada Chã
Associação Filarmónica de Arganil	Junta de Freguesia de Pomares
Biblioteca Alberto Martins de Carvalho	Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira
Biblioteca Municipal	Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça
Bombeiros Voluntários de Arganil	Junta de Freguesia de Sarzedo
British Council	Junta de Freguesia das Secarias
CAFAP	Junta de Freguesia do Piódão
Câmara Municipal de Arganil	Lar de Idosos de Pombeiro da Beira
Câmara Municipal de Góis	Liga Cojense
Câmara Municipal da Lousã	Liga Portuguesa contra o Cancro
Cáritas Diocesana de Coimbra	Lions Clube de Arganil
Centro Ciência Viva	Make a Wish Portugal
Centro de Dia de Secarias	Mar Shopping
Centro de Saúde de Arganil	Médico nutricionista (EE)

Centro Social e Paroquial de Coja  
Centro Social e Paroquial de Sarzedo  
CPCJ de Arganil  
Chefe de Cozinha Hélder Ribeiro  
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
Conservatório de Música de Coimbra  
Continente  
CLDS  
Cross Box Açor  
DECO  
DGESTE  
Direção Geral de Educação  
EDP

Missão País  
Parlamento de Jovens  
Plano Nacional de Cinema  
Proteção Civil  
Quake  
Rádio Clube de Arganil  
Rancho Folclórico de Arganil  
Rancho Folclórico de Pombeiro da Beira  
Santa Casa da Misericórdia de Arganil  
Sociedade de Melhoramentos de Pomares  
SPECO  
União de Freguesias de Coja e Barril do Alva  
Universidade de Aveiro  
Vumba  
Qualquer outro membro da comunidade ou  
instituição devidamente autorizado pela Direção

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Estratégia de Educação para a Cidadania tem por base o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto (nova Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania), assim como a Nota Informativa “Educação para a Cidadania – Revisão após Consulta Pública e Implementação 2025-2026”.

[Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania](#)

[Nota informativa](#)

\* Imagem da capa – gerada por Inteligência Artificial

Arganil, 29 de setembro de 2025

O coordenador da Estratégia de Educação para a Cidadania,  
Paulo Duarte de Almeida

Apreciado em reunião do Conselho Pedagógico de setembro

Aprovado em reunião de Conselho Geral de 29 de outubro de 2025.

## ANEXO 1

## ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

### APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

1.º CICLO		1.º	2.º	3.º	4.º
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	Cooperar com crianças e com adultos em situações da sala de aula e da vida da escola.			X	
	Conhecer os direitos das crianças.	X	X		
	Reconhecer situações de justiça e de injustiça.	X	X		
	Rejeitar a discriminação de quaisquer crianças ou de outras pessoas.				X
	Identificar comportamentos estereotipados associados à esfera doméstica e familiar, académica e profissional e à esfera pública e social.			X	
	Reconhecer que meninos e meninas podem realizar as mesmas atividades e ter as mesmas oportunidades.				X
<b>DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS</b>	Reconhecer o interesse e as necessidades dos outros na tomada de decisões coletivas.	X	X		
	Perceber a necessidade de regras de ação individual e coletiva e do seu cumprimento.	X		X	
	Identificar comportamentos de integridade e de corrupção.			X	
	Valorizar a importância da paz e da não-violência no convívio diário.	X	X		
	Identificar os órgãos de soberania consagrados na Constituição da República Portuguesa e os princípios e os valores constitucionais em que assenta a democracia.				X
	Conhecer as forças e os serviços de segurança existentes em Portugal e o seu papel na preservação da segurança e do bem-estar das populações.		X	X	X
	Conhecer, na comunidade local, as principais estruturas de representação do poder político e a sua importância.				X
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	Entender uma noção de sustentabilidade.	X			
	Entender a importância dos oceanos para a sustentabilidade do planeta.		X		
	Propor ações para a conservação da biodiversidade.			X	
	Exemplificar práticas de produção e consumo sustentável que visem a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos.	X	X		
	Associar a melhoria da qualidade de vida à satisfação de necessidades fundamentais.				X
	Refletir sobre mudanças necessárias na comunidade local e no mundo com vista à melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas.			X	X
<b>LITERACIA FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b>	Compreender a importância da poupança e os seus objetivos.	X	X		
	Diferenciar entre contrair empréstimos (junto de familiares, amigos ou bancos) e conceder empréstimos.			X	X
	Reconhecer a importância da tomada de decisão e a necessidade de fazer escolhas que impliquem ganhos ou perdas.	X			
	Relacionar contas bancárias e meios de pagamento.			X	
	Distinguir necessidades de desejos e rendimentos de despesas.		X		
	Identificar atividades de empreendedorismo.				X

2.º CICLO		5.º	6.º
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	Entender a universalidade, a inalienabilidade, a indivisibilidade e a interdependência como características essenciais dos direitos humanos.	X	
	Identificar situações de representação estereotipada, nomeadamente que ponham em causa o respeito pelos direitos humanos.	X	
	Reconhecer situações ou processos em que os direitos da criança possam estar em causa.		X
	Refletir sobre situações de violação dos direitos humanos.	X	
	Valorizar a inclusão de todas as pessoas, independentemente das suas características individuais, território de origem, condição social, orientação sexual, entre outras.		X
	Reconhecer a importância da liberdade de escolha, independentemente das características de cada indivíduo, do território de origem e da condição social, entre outras.		X
	Agir em conformidade com os princípios e valores fundamentais dos Direitos Humanos, tais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a liberdade e a responsabilidade.	X	X
<b>DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS</b>	Praticar a escuta ativa e o diálogo construtivo em debates e tomadas de decisão.	X	
	Compreender a natureza, incidência e extensão do fenómeno da corrupção em sociedade.	X	
	Valorizar a democracia e a paz como condições indispensáveis à salvaguarda dos direitos humanos.		X
	Participar em processos de deliberação e decisão democrática.	X	X
	Conhecer as funções fundamentais do Estado.		X
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	Conhecer direitos e deveres dos cidadãos face ao ambiente.	X	
	Refletir sobre situações em que a ação humana pode comprometer o equilíbrio ambiental e o bem-estar animal.	X	
	Valorizar comportamentos individuais e coletivos ambientalmente responsáveis.	X	X
	Compreender o conceito de economia circular e a sua relevância para o desenvolvimento sustentável.	X	
	Entender que as situações de riqueza e de pobreza se podem traduzir em desequilíbrios na sociedade ao nível da satisfação das necessidades dos seres humanos.		X
	Propor ações dirigidas à melhoria do bem-estar coletivo e à construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis.		X
	Tomar consciência de que existem situações diferenciadas de desenvolvimento entre regiões e países.		X
<b>LITERACIA FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b>	Elaborar um orçamento pessoal ou familiar.	X	
	Compreender formas de aplicação e de remuneração da poupança.	X	
	Entender o conceito de criação de valor, a nível individual, social e económico.	X	X
	Distinguir projeto quer de planeamento, quer de plano de ação.		X
	Elaborar o orçamento pessoal ou familiar.	X	
	Reconhecer a importância da adoção de valores éticos num projeto empreendedor, como o respeito, a honestidade, a prudência, a confiança, a solidariedade e a responsabilidade.		X
	Reconhecer a importância do planeamento, a médio e a longo prazo, da poupança e dos investimentos.		X

3.º CICLO		7.º	8.º	9.º
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	Entender a importância da solidariedade na proteção dos direitos humanos.			X
	Interpretar situações relativas a todas e quaisquer formas de discriminação.			X
	Analisar casos históricos e atuais de violação dos direitos humanos (incluindo, entre outros, tráfico de seres humanos, abusos sexuais, violência de género, bem como violência contra pessoas com orientação sexual e identidade e expressão de género não normativas).	X	X	X
	Reconhecer a (des)igualdade de género em contextos como a educação, o trabalho e o exercício de cargos políticos.	X	X	
	Refletir sobre o seu papel e dos seus pares na promoção e defesa dos direitos humanos.	X	X	
	Manifestar um compromisso ativo com a defesa dos Direitos Humanos.	X	X	X
<b>DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS</b>	Caraterizar as funções do Estado de Direito Democrático, no quadro da Constituição da República Portuguesa.			X
	Refletir sobre o atual sistema de representação democrática, em Portugal, a nível nacional e local.			X
	Conhecer as organizações internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas e a União Europeia, inclusivamente na sua ação relacionada com segurança e paz.	X	X	
	Valorizar o papel do aluno-cidadão no desenvolvimento de ações e iniciativas que promovam os princípios éticos e de iniciativas de boa governança, na escola, na família e na comunidade.	X		X
	Compreender as causas e os múltiplos efeitos da corrupção nos direitos e bem-estar das pessoas, nas organizações e no funcionamento e desenvolvimento das sociedades.		X	
	Refletir sobre a importância da participação ativa dos cidadãos, nomeadamente os mais jovens, no exercício da democracia.	X	X	
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	Compreender a importância do ambiente, da conservação da natureza e da biodiversidade, da preservação dos oceanos, e do impacto da atividade humana no equilíbrio dos ecossistemas.		X	
	Compreender a necessidade de adoção de medidas para fazer face aos riscos resultantes das alterações climáticas.	X		X
	Analisar indicadores que avaliem o impacto de atividades humanas no ambiente (pegada ecológica, hídrica, energética, ...).		X	
	Refletir sobre medidas promotoras do ordenamento do território que visem a valorização da paisagem e um desenvolvimento equilibrado.	X		
	Relacionar os principais indicadores de desenvolvimento (político, social e económico) com as realidades de diferentes países.		X	
	Propor medidas para a redução da pobreza e das desigualdades nas suas diferentes dimensões.			X
<b>LITERACIA FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b>	Elaborar o orçamento de um projeto tendo em conta as parcerias estratégicas e os recursos necessários.	X		
	Reconhecer a relevância do planeamento e as componentes essenciais de um projeto empreendedor.	X		
	Avaliar o impacto esperado e os resultados alcançados de acordo com os objetivos fixados num projeto.		X	
	Reconhecer a importância da adoção de valores éticos num projeto empreendedor, como o respeito, a honestidade, a prudência, a confiança, a solidariedade e a responsabilidade.			X
	Entender as responsabilidades decorrentes do recurso às instituições financeiras (bancos e seguros).			X
	Evidenciar a relevância do planeamento, a médio e longo prazo, da poupança e dos investimentos.	X	X	
	Reconhecer que a aplicação de poupanças em instrumentos financeiros diversificados pode diminuir o risco associado ao investimento.	X	X	
	Manifestar comportamentos de proteção em relação a situações de fraude financeira e digital.		X	
	Avaliar o risco em diferentes contextos no processo empreendedor, a nível individual e social.			X

SECUNDÁRIO		10.º	11.º	12.º
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	Reconhecer o papel das políticas públicas na proteção de pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade.	X		X
	Analisar instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, de proteção dos direitos humanos a que Portugal está vinculado (exs.: Constituição da República Portuguesa; Carta Internacional dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção de Istambul).		X	
	Analisar os desafios globais e temas controversos de Direitos Humanos.	X	X	X
	Refletir sobre o papel de organizações internacionais, nomeadamente da ONU e do Conselho da Europa, na defesa dos direitos humanos.	X	X	X
	Propor iniciativas que, no âmbito da ação do Estado ou da sociedade civil, promovam a igualdade e a justiça social.		X	
<b>DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS</b>	Conhecer os objetivos da Defesa Nacional fixados na atual Constituição da República Portuguesa, na perspetiva da proteção e defesa das instituições democráticas.			X
	Analisar a importância, os contributos e os limites da União Europeia, incluindo na defesa e salvaguarda da democracia e da paz.			X
	Analisar a relação entre estratégias de segurança e a manutenção da paz.		X	
	Salientar a importância dos valores constitucionais e dos princípios éticos e de integridade para uma governança democrática.	X	X	X
	Refletir, criticamente, sobre o papel dos cidadãos, do Estado e das organizações da sociedade civil na prevenção e combate à corrupção.	X	X	X
	Refletir, criticamente, sobre desafios atuais da democracia, entre os quais a pobreza e a exclusão social, o discurso de ódio, a corrupção, e a desigualdade de género, entre outros.	X		
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	Analisar a relação entre as diversas dimensões (ambiental, económica, social, ...) do desenvolvimento sustentável.	X	X	X
	Refletir sobre contradições entre práticas de produção e de consumo, bem como entre estilos de vida e o equilíbrio planetário.	X	X	X
	Debater desafios atuais do desenvolvimento que possam justificar mecanismos de governação à escala global.	X		
	Exemplificar iniciativas concretas de cooperação internacional.		X	X
	Propor ações individuais e coletivas que contribuam para assegurar o direito ao ambiente e ao desenvolvimento.		X	
	Relacionar a importância da cidadania global com questões do desenvolvimento e da justiça social.			X
	Analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, assim como a sua importância à escala local e global.	X		
<b>LITERACIA FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b>	Comparar diferentes produtos financeiros e o risco que lhes está associado.			X
	Formular a simulação de reclamações a apresentar junto das entidades competentes, em caso de problemas com prestadores de produtos e serviços financeiros.	X		
	Validar ideias inovadoras que possam gerar valor para o indivíduo e para a sociedade, tendo por base uma consciência económica, social e ecológica.	X		X
	Discutir o conceito de responsabilidade social das organizações e os seus princípios.	X	X	
	Elaborar um modelo de negócio sustentável (proposta de valor, estrutura da cadeia de valor, modelo de rentabilidade, consciência social e ecológica).		X	X
	Reconhecer a importância da ética e da informação financeira.	X	X	